----------ATA----------

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três. ----------

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Verde, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

-----1. - Discussão e votação da ata relativa à sessão de 24 de fevereiro de 2023; ---------

-----2. - Correspondência – consideração e análise; ----------

-----3. - Período de antes da ordem do dia; ----------

-----4. - Assuntos propostos pela câmara municipal: ----------

-----4.1- Discussão e votação dos documentos da Prestação de Contas respeitante ao ano de 2022; ----------

-----4.2- Discutir e votar uma proposta da câmara municipal, cujo conteúdo se refere aprovar a alteração do Regulamento Municipal para a Concessão de Benefícios à Habitação e à Reabilitação Urbana em Vila Verde, ao abrigo da alínea g), do n. º1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro; ----------

-----4.3- Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo se refere à alteração ao plano de pormenor para a avenida professor Machado Vilela, entre a praça da República e a rua dos Bombeiros, rua do Professor, avenida do Autarca entre o monumento ao autarca, rua condestável D. Nuno Álvares Pereira dos lados norte e sul e áreas envolventes ao campo da feira e quartel dos bombeiros; ----------

-----4.4- Discussão e aprovação da adesão da Câmara Municipal à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica; ----------

-----4.5- Facultar ao plenário, para conhecimento e apreciação, o segundo processo de correção material ao Plano Diretor Municipal de Vila Verde; ----------

-----4.6- Facultar ao plenário, para conhecimento e apreciação, o relatório de avaliação do Estatuto do Direito da Oposição – ano 2022. ----------

-----5. - Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; ----------

-----6. - Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos presidentes de junta de freguesia e união de freguesias; ----------

-----7. - Período de intervenção aberto ao público. ----------

-----Estiveram presentes na reunião sessenta e três membros. ----------

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. ----------

-----Face aos pedidos de ausência, por um período inferior a trinta dias, formulado pelos cidadãos eleitos Susana Sofia Pereira da Silva, Manuel Dias Barros, Daniel Alves Vieira e Filipa Oliveira Marques, foram empossados, em sua substituição, os cidadãos Claúdio Domingues dos Santos Carvalho (acabou por não comparecer devido a motivos de saúde), Flora de Jesus da Silva Lomba Gomes, David Machado Pereira e João Pedro Araújo da Silva, respetivamente. ----------

-----O Plenário decidiu, por unanimidade, relevar a falta, a esta sessão, de Ricardo Jorge da Silva Cerqueira; do Presidente da Junta de Freguesia de Cervães, Hélder Constantino Gomes Forte, que se fez representar pelo Vice-Presidente, Filipe António Fernandes

Faria; do Presidente da Junta de Freguesia de Lanhas, Bruno Miguel Oliveira Eiras, que se fez representar pela Secretária da mesma Autarquia, Irene Graça Ferreira Silva; do Presidente da União de Freguesias da Ribeira do Neiva, José Joaquim Leitão Azevedo Peixoto; do Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Gatim, Júlio de Araújo Fernandes, que se fez representar pelo Primeiro Vogal do mesmo órgão autárquico, José Miguel Gomes Fernandes. ----------

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três foi aprovada por maioria, com zero votos contra, uma abstenção e sessenta e dois votos a favor. ----------

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que havia recebido uma resposta do Gabinete do Presidente da República à moção da bancada do PSD, intitulada "Linha ferroviária Vila Verde – Braga", dando conta de que merecera a melhor atenção e de que a matéria em apreço havia sido remetida aos Deputados membros da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação. A mesma Moção havia sido também acusada pelo Gabinete do Primeiro-Ministro, o mesmo acontecendo com os Grupos Parlamentares do PSD, do Bloco de Esquerda e com o Presidente da referida Comissão, o qual tinha enviado o documento ao Presidente da República que, por sua vez, o enviara à Comissão pelo mesmo chefiada por se enquadrar no âmbito das suas competências. Também o Diretor da Infraestruturas de Portugal comunicava que era do seu conhecimento o desenvolvimento do Plano Ferroviário Nacional e que o assunto era uma responsabilidade do Governo, ao qual enviariam a moção, assim como iriam participar ativamente nas iniciativas que fossem definidas pela tutela, sendo que aqueles contributos seriam também alvo de análise e reflexão técnica. Havia ainda recebido, da Associação de Assembleias Municipais, um compêndio intitulado "O Papel do Revisor Oficial de Contas no Município e a sua Utilidade para os Eleitos Locais". Mais aludiu à receção de um pedido de renúncia de mandato encaminhado por Vítor José Coelho de Sousa, informando que, como líder da bancada do Partido Chega, por motivos de foro pessoal, renunciava ao seu mandato. ----------

-----No terceiro ponto - período de antes da ordem do dia -, Ana Daniela Barbosa interveio para se referir ao problema do trânsito no concelho, com maior incidência na travessia da sede concelhia e na rotunda do Canoísta, na Vila de Prado, sendo inconcebível continuar com as longas filas de trânsito em tais pontos. Eram muitas as pessoas que, todos os dias, perdiam horas no trânsito para se deslocarem das suas habitações para os locais de trabalho e vice-versa e para percorreram meia dúzia de quilómetros, sendo que a própria oradora do Chega chegara atrasada à reunião da Comissão Permanente por essa mesma razão. Questionou a Presidente da Câmara acerca do que havia sido feito relativamente àqueles tão falados projetos que continuavam na gaveta. Referiu que, conforme tinha sido falado na última sessão, haviam sobrado milhares de euros que poderiam ter sido aplicados em alguma coisa. Era urgente resolver aquele assunto. Estava em curso a colocação de cinco quilómetros de rede de água pública, mas lamentava que o trabalho não fosse levado de seguida e que algumas habitações fossem deixadas para trás, sendo que, a seguir, teriam que voltar a esses locais para rasgar novamente mais alguns metros. Perguntou onde estava o planeamento daquelas obras e quis saber por que razão não faziam, de uma só vez, as condutas de águas e saneamento. Mais perguntou o que estava a ser feito no sentido da

prevenção de incêndios, uma vez que, em algumas freguesias, os carros dos Bombeiros não conseguiam passar nos acessos às florestas e se iam assistir àquilo que sucedera no ano passado, sendo que a lagoa à beira da ribeira do Poço de Mó, iniciada há três ou quatro anos, ainda não estava acabada. Quis saber se a mesma, no corrente ano, ia estar operacional, para que os helicópteros pudessem abastecer, ou se todos aqueles trabalhos iam ser deixados para dois mil e vinte e cinco. ----------

-----Emanuel Machado, do PS, apresentou uma moção intitulada "Para que o serviço das refeições escolares em todos os estabelecimentos de ensino do concelho de Vila Verde passe a ser gerido diretamente pela Câmara Municipal de Vila Verde". Sustentou que, no número dois da alínea a) do Decreto-Lei número 50/2018, de dezasseis de agosto, se referia que competia aos órgãos municipais assegurar as refeições escolares, mas também fazer uma gestão correta dos refeitórios escolares, no que se referia à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional. Também na alínea d) se afirmava que era competência dos municípios recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente, pelo que o Município de Vila Verde tinha o dever de assegurar as refeições escolares de qualidade e de gerir da melhor forma os refeitórios escolares. Contudo, o mesmo nem sempre se tinha verificado, estando-se além daquilo que seria um paradigma de gestão eficiente e responsável das cantinas escolares concelhias, da formação disponível para os profissionais que nelas trabalhavam. Por isso, a Assembleia Municipal não podia continuar o seu trabalho de forma honesta sem ponderar todos os contornos implícitos àquele tópico, delineando a melhor estratégia para a resolução de um problema que parecia perpetuar-se em algumas das cantinas escolares, razão pela qual aquela moção se configurava como proposta formal, a fim de que o Município procurasse alcançar melhores resultados no serviço de refeitório prestado aos alunos, investindo de novo nas infraestruturas e equipamentos que todas as instituições escolares concelhias detinham e que, por uma deliberação pouco prudente do passado, haviam sido desativadas a custo de uma prestação de serviço que se julgava diminuir encargos financeiros, prestando o mesmo serviço alimentar. Poderiam mencionar exemplos de gestão direta daquele serviço e os seus resultados altamente positivos em alguns concelhos limítrofes, especialmente Barcelos, Ponte de Lima, Braga, Esposende e Ponte da Barca, onde cada uma das instituições escolares possuía uma cantina escolar, procurando assim dispor de um serviço de qualidade na preparação, confeção e provisionamento da alimentação escolar. Aquela moção propunha que o Município de Vila Verde assumisse a gestão direta do serviço de refeições escolares, ativando as cozinhas existentes nas diversas instituições escolares e contratando os recursos e serviços necessários aos seu bom funcionamento, de acordo com o modelo que viesse a implementar e de acordo com as necessidades específicas de cada estabelecimento de ensino, única forma de assegurar o bom funcionamento daquela tarefa escolar e a prestação de um serviço básico e elementar, a alimentação, que se queria de qualidade. Assim, segundo aquela moção, a Assembleia Municipal deliberava recomendar ao Executivo Municipal de Vila Verde que, após o término do contrato em vigor, relativo à prestação de serviço de refeições escolares, assumisse a gestão direta do mesmo, através da confeção das refeições nas cozinhas das escolas, em todas as instituições de ensino do concelho de Vila Verde. ----------

-----O Vereador do pelouro da educação, com a autorização da Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, interveio para sublinhar a relevância do assunto em apreço e

para afiançar que a equipa da educação, do Município, dedicava uma boa parte do seu tempo aos serviços que eram prestados nas escolas. Tinham um núcleo significativo de escolas distribuídas por todo o concelho, com recursos e equipamentos muito diversificados, assim como recursos humanos pensados na Lei e a Edilidade tinha feito um grande esforço em ordem à prestação do melhor apoio às crianças e aos docentes, tendo em vista que a prática educativa, diariamente, se revelasse plena de satisfação para todos. Pretendiam prestar aquele serviço contando com os recursos existentes. Quando, no pretérito ano, receberam, a partir de um de abril, um conjunto de competências, por força do quadro legal mencionado pelo Deputado Municipal do PS, tornara-se necessário analisar a possibilidade de, para além dos refeitórios do pré-escolar e do primeiro ciclo que já geriam, gerirem igualmente as cantinas e os refeitórios das escolas dos segundo e terceiro ciclos e secundária. A partir desse momento, registou-se um aumento muito significativo das refeições que a Câmara Municipal tinha passado a assumir. Tratava-se de um público muito diversificado que ia desde os três aos dezoito anos de idade. Começaram por falar com os diretores no sentido de aquilatar as condições existentes nas escolas para a prestação daquele serviço. Desde logo, foi identificada uma série de problemas que se prendiam com os recursos humanos e com os próprios equipamentos. Tinham passado o Verão de dois mil e vinte e dois a criar condições para que as cozinhas estivessem suficientemente capacitadas para produzir, ao longo de todo o ano letivo, boas refeições. Haviam tomada como opção proceder a um procedimento concursal, que fora aprovado em sede de Assembleia Municipal, no sentido de contratar o serviço de confeção das refeições a uma entidade devidamente creditada e capacitada para o efeito, pois não reuniam os requisitos, em termos, humanos, para o fazer. Era elevado o número de pessoas que se impunha contratar para pôr as cozinhas a funcionar, para servir todas as crianças de norte a sul do concelho. Assim, decidiram dar continuidade àquela que havia já sido, anteriormente, a opção do próprio Ministério da Educação. O objetivo fora utilizar os recursos existentes nas escolas de segundo e terceiro ciclos e secundário, em termos de equipamentos e de espaços de refeição, melhorando-os, investindo na criação de condições, porquanto vários estavam inoperacionais, visando a aproximação entre o local e o momento de confeção daqueles em que eram servidas as refeições. Assim, nas Escolas de segundo e terceiro ciclo e na escola secundária, as refeições eram ali confecionadas e servidas. Ademais, organizaram circuitos de distribuição pelas escolas do primeiro ciclo e pré-escolar, obedecendo a critérios de proximidade, procurando minimizar um problema que se revelava crítico e era constantemente observado, sendo, então, as refeições confecionadas num único espaço, da Cruz Vermelha, o que implicava períodos longos de transporte dos alimentos confecionados. Com aquela maior proximidade, havia melhorado a qualidade das refeições consumidas pelas crianças, o que não garantia uma total inexistência de problemas, os quais podiam na mesma surgir se fosse a Câmara Municipal a confecionar todas as refeições, não se podendo de ter em linha de conta a multiplicidade de alunos que vai consumir as mesmas, com idades muitos diferentes, com gostos e experiências de alimentação distintas. O Município estava obrigado a servir refeições de qualidade, mas também considerando a vocação formativa das escolas, educando para uma alimentação saudável e no sentido de diversificar o gosto. Isto equivalia a dizer que os pratos, muitas vezes, contemplavam alimentos que as crianças não estavam habituadas a consumir e se

recusavam a ingeri-los, dali resultando desperdício alimentar. Procuravam também que fossem cumpridas as normas de higiene e segurança alimentar, em todo o processo, desde a confeção dos alimentos até ao momento em que eram serviços. Se, no próximo ano, atendessem à pretensão de ser a Câmara a realizar todo o serviço e admitir todo o pessoal para o efeito, não haveria tempo útil para o efeito, desde logo para contratar os necessários recursos humanos, investir em mecanismos de controlo e formação dos mesmos, num momento em que não estavam preparados para tal. Assim, esta não era uma solução a adotar no imediato e, mesmo no futuro, não se afigurava fácil fazê-lo, pensando que, dessa forma, se podia resolver todos os problemas que diariamente surgiam nas escolas. ----------

-----Alberto Rodrigues, do PSD, considerou que a medida proposta iria resultar numa melhoria do serviço, porém, tudo o que o Vereador dissera era verdade e era fácil de comprovar. Ressaltava, contudo, a questão técnica da moção, a qual apresentava várias afirmações que não correspondiam à realidade. Desde logo, presumia-se que as refeições não eram cozinhadas nos refeitórios, quando as mesmas eram cozinhadas nos refeitórios das cozinhas existentes, sendo que a maior parte das pequenas escolas não tinha cozinha, o que implicaria a respetiva construção. Existia cozinha nas escolas de segundo e terceiro ciclo e na escola secundária, uma copa no centro escolar de Vila Verde, e, nas demais, existiam pequenos espaços que, presumivelmente, não permitiam cozinhar as refeições, isto, reportando-se às escolas do Agrupamento de Escolas de Vila Verde, sendo que, nos restantes, poderia haver uma outra escola que tivesse. Mas a compreensão destas situações era fácil, bastava visitarem as escolas. Outra questão que não correspondia à realidade era a referência à falta de formação, porquanto os recursos humanos envolvidos naquele processo tinham formação sistemática e especializada. Desde logo, eram cozinheiros profissionais e, muitos, ali trabalhavam há vinte anos. As cozinheiras da Escola Básica de Vila Verde estavam há cerca de vinte e anos naquele estabelecimento de ensino, tinham formação, eram profissionais encartadas, outras eram contratadas. Já tinham tido, por exemplo, formação no corrente ano letivo. Os produtos eram de qualidade, todos podiam visitar as instalações e provar os alimentos, almoçar nos locais. Queria tanto como o autor da moção que fosse o Município a fazer, porquanto, certamente, faria melhor, mas existia uma questão técnica que se prendia com a necessidade de existir cozinha em todas as escolas, para, nas mesmas, poderem ser cozinhadas as refeições. Reiterou que, nas escolas dos segundo e terceiro ciclo e na secundária, as refeições eram ali confecionadas, com a maior aproximação possível aos moldes de confeção na casa de cada um, embora em grandes quantidades, podendo ser confecionadas quatrocentas refeições num dia, mas contrariando a ideia de que parecia que as refeições eram confecionadas muito longe. ----------

-----Este moção foi rejeitada com quarenta e três votos contra, quatro abstenções e doze votos a favor. ----------

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Atiães, Samuel Estrada, em declaração de voto, referiu que o tema era extremamente importante e não se podia esgotar numa intenção do retorno à escola, nem na ideia de que estava tudo bem. Este assunto devia vir para a agenda e havia sido aluno no tempo em que as refeições eram confecionadas na escola e não era por aí que a qualidade era melhor, a questão era saber o modelo, refeições, o preço, que tipo de serviço que poderiam prestar, que poderia ser melhor na escola, mas também o poderia ser em parceria com os privados. Aquela discussão devia

ser feita com plenitude e vir para a agenda política, não se esgotando apenas naquela pequena intenção. ----------

-----Joaquim Oliveira, do PS, fez uma intervenção sobre solos, agricultura e produção agrícola. No dia dez de março tinha decorrido, naquele salão nobre, sob a responsabilidade da CAVIVER, uma sessão de esclarecimento aos agricultores relativamente a apoios do IFAP. O PS agradecia a disponibilidade do Executivo Municipal em colaborar com a cedência do espaço, o apoio pessoal e meios. Graças ao empenhamento da Direção e técnicos da cooperativa, a sala estava cheia. Mais uma vez, os agricultores Vilaverdenses haviam demonstrado a sua preocupação com o futuro da agricultura. Notara-se a ausência da Presidente da Câmara, por compromissos de força maior ou por falta de interesse naquele assunto, ficava a dúvida. O Vereador do pelouro da Agricultura havia feito a abertura da sessão e, lamentavelmente, sem explicação, após a intervenção do técnico da CONFAGRI, ausentara-se, desconhecendo se para resolver assuntos urgentes de última hora ou por desinteresse na informação prestada e em ouvir as preocupações dos agricultores. Sabiam que, para os jovens, os investimentos no setor agrícola, florestal e pecuário estavam isentos de taxas camarárias e que, por protocolo com a CAVIVER, o Município comparticipava em cinquenta por cento os encargos com a sanidade animal. Quis saber quantos projetos haviam beneficiado daqueles apoios e quais os encargos com a sanidade animal. O concelho de Vila Verde dispunha de elevadas potencialidades naturais e humanas, grande experiência e dedicação à agricultura, no entanto, consultando dados da CAVIVER e do INE, para os concelhos da CIM Cávado, Vila Verde era dos concelhos com os piores resultados para o setor da agricultura. A média de idade dos agricultores era de sessenta e quatro anos; dos cinco mil e oitocentos hectares, apenas dois mil cento e sessenta eram aráveis; o valor médio da produção por hectare do Cávado era de seis mil e cinquenta e um euros, enquanto em Vila Verde era de apenas três mil seiscentos e noventa e sete euros; a redução de exploração de bovinos fora de trinta e dois por cento, passando de quinhentos e sessenta e nove, em dois mil e dezassete, para trezentos e oitenta e quatro, em dois mil e vinte e dois; o número de bovinos tinha passado de quatro mil setecentos e noventa e oito, em dois mil e dezassete, para três mil oitocentos e quarenta e três, em dois mil e vinte e dois. No atual contexto económico, o cabaz de bens essenciais estava cada vez mais caro, o que, em grande parte, se devia aos custos de produção, ora pelo custo da energia, combustíveis, produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, rações ou sementes. Era um imperativo nacional aproveitar toda a capacidade agrícola, vegetal e animal, e, em Vila Verde, a CAVIVER dispunha de técnicos altamente qualificados e sempre disponíveis para colaborar com os produtores, no aconselhamento técnico e na ajuda nos procedimentos de candidatura aos apoios. Os solos apresentavam caraterísticas propícias à produção e os recursos hídricos, como o regadio de Sabariz-Cabanelas, deviam ser devidamente aproveitados, devendo-se, assim, aumentar a capacidade de sequestro de carbono, maximizar a produção agrícola de forma rentável e ambientalmente sustentável e continuar a produzir os melhores produtos, como o feijão, o milho grão, os vitelos criados em pastagem ao ar livre, os ovinos e caprinos e os frangos para o pica no chão. Analisando as GOP para dois mil e vinte e três, setenta e um mil euros destinavam-se à proteção florestal e dez mil euros ao Plano Diretor Agrícola; perguntou em que fase de execução se encontrava aquele Plano. Para apoio aos agricultores não estava nada orçamentado, no entanto e no imediato, para

complementar os apoios estatais e melhorar os níveis de produção agrícola do concelho, o PS propunha que fosse atribuído o montante de duzentos e cinquenta euros por hectare de milho produzido, devendo a produção ter apoio e supervisão técnica específica. Para o futuro e de acordo com as necessidades e objetivos que estivessem ou viessem a ser identificados no Plano Municipal Agrícola, deveriam ainda ser definidos os apoios a conceder pelo Município. ----------

-----Nuno Queirós, do PSD, aludiu à candidatura ao Fundo Ambiental para a Recolha de Biorresíduos, tendo considerado que colocar uma tonelada de resíduos indiferenciados num buraco qualquer, ou seja, num aterro sanitário, custava a todos vinte e cinco euros por cada tonelada. Referia-se à Taxa de Gestão de Resíduos, que revertia totalmente a favor da Agência Portuguesa do Ambiente. Em dois mil e quinze, aquele valor era de cinco euros e cinquenta cêntimos e, em dois mil e vinte e cinco, ia orçar em trinta e cinco euros por cada tonelada depositada. Em dois mil e doze, Vila Verde produzira cerca de doze mil toneladas de resíduos indiferenciados e, volvidos dez anos, tinham sido produzidas cerca de catorze vírgula quatro toneladas, o que correspondia a um aumento de cerca de vinte por cento. Considerando que, segundo o INE, a população decrescera três por cento, neste período, significava aquilo que o aumento per capita de produção de resíduos indiferenciados havia sido de vinte e três vírgula cinco por cento. Naquele momento, cada Vilaverdense produzia cerca de oitocentos e cinquenta gramas de lixo indiferenciado por dia. Quando se esperava uma redução, tinha-se verificado um aumento, o qual, por ser inesperado, não havia sido contemplado nos contratos de recolha de resíduos, provocando uma sobrelotação das recolhas. Estando as rotas de recolha sobrelotadas, não havia margem para desvios, ou seja, quaisquer constrangimentos que ocorressem provocavam um congestionamento, resultando em amontoados de resíduos por recolher agravados pela falta de disciplina das pessoas nos horários de colocação dos seus lixos domésticos para recolha. Ademais, estimava-se que metade dos resíduos indiferenciados correspondessem a resíduos recicláveis, pelo que, se a população tivesse práticas corretas de separação dos lixos domésticos, Vila Verde poderia reduzir a sua carga de cerca de catorze mil para sete mil toneladas, o que se traduziria numa poupança considerável na TGR e, principalmente, numa poupança para o ambiente. Daquelas sete mil toneladas, cerca de metade correspondiam a biorresíduos, o que equivalia a dizer que, com o devido tratamento dos biorresíduos, Vila Verde poderia reduzir a sua produção de resíduos indiferenciados para cerca de três mil e quinhentas toneladas, um quarto do que era produzido actualmente, resultando também em melhorias consideráveis no descongestionamento das rotas de recolha, na redução de custo e, acima de tudo, na redução significativa da quantidade de resíduos que eram enviados para os aterros, sem qualquer aproveitamento. Tudo aquilo proporcionaria uma melhoria muito importante na pegada ecológica. Era ali aqui que se destacava a importância da candidatura ao Fundo Ambiental para a recolha de biorresíduos, sendo que, promovendo o aproveitamento dos biorresíduos, se estava a dar verdadeiramente significado ao termo "Economia Circular". Três mil e quinhentas toneladas de biorresíduos que iriam parar a um "buraco qualquer", passavam a poder ser compostadas e integradas na agricultura, promovendo práticas ecologicamente sustentáveis, a sustentabilidade da agricultura, a redução da pegada ecológica e, afinal de contas, o aproveitamento de matéria-prima que iria ser desperdiçada. Naquele projeto conjunto de Vila Verde, Amares, Braga e Terras de Bouro ia visar-se a concretização

dos seguintes desideratos: aumentar a capacidade dos municípios para assegurar o desvio na origem e a recolha seletiva de biorresíduos, através de inclusão de infraestruturação e aquisição de equipamentos associados a esse serviço, inclusive junto de grandes produtores - setor não residencial -; contribuir para o cumprimento das metas consignadas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020); contribuir para a eliminação do resíduo na origem, aproveitando localmente os biorresíduos através de compostagem comunitária, produzindo-se composto que poderá ser utilizado pelas famílias, mas também, em espaços públicos; criar e implementar ações de sensibilização e de capacitação de proximidade, dirigidas à população destes municípios, fomentando a mudança de comportamentos ambientais junto dos utilizadores para melhorar as suas práticas na gestão dos resíduos orgânicos domésticos, com enfoque na importância para a adequada separação dos biorresíduos, divulgação da localização dos equipamentos, a correta utilização dos equipamentos e a utilização do composto resultante do desvio e reciclagem na origem dos biorresíduos; criar um projeto que envolva a comunidade em torno de um objetivo comum, através da compostagem comunitária, e que conseguisse recrutar os cidadãos para outros projetos futuros relacionados com a redução da pegada ecológica familiar; desviar a matéria orgânica das linhas de recolha de resíduos indiferenciados, deste modo reduzindo a quantidade total de resíduos a depositar em aterro e reduzindo os odores por estes emitidos, com benefício económico e ambiental, economizando a energia consumida na recolha e transporte dos resíduos da fonte de produção para o local do tratamento; melhoria da qualidade do solo no espaço urbano através da suplementação com matéria orgânica, que favoreceria a infiltração da água da chuva no solo, através da utilização do corretivo orgânico resultante da valorização dos biorresíduos, contribuindo para mitigar os efeitos negativos dos episódios de precipitação extrema. Acrescia que o mesmo projeto apresentava características inovadoras, já que iam ser utilizadas as rotas e as infraestruturas atuais de recolha de resíduos indiferenciados. Os cidadãos iam poder colocar os biorresíduos em sacos com uma cor, que ia ser informada oportunamente, e haveria igualmente campanhas de distribuição dos mesmos. A separação aconteceria em alta, na Braval, através de sistemas de leitura ótica, nos quais, os sacos com estas cores serão encaminhados para compostagem. Desta forma, resolviam-se vários problemas, entre os quais o facto de a separação feita pelos cidadãos não funcionar, devido à colocação indevida de resíduos nos pontos de recolha e respetiva inviabilização do seu uso ou da extrema dificultação e o enorme aumento de custos provocado pela duplicação das rotas de recolha e das infraestruturas de depósito de resíduos. A inovação e inteligência daquela proposta resultara na elegibilidade da mesma por parte do Fundo Ambiental, tendo, adicionalmente, sido a que obtivera a melhor pontuação de todas as candidaturas. Assim, todos deviam estar orgulhosos daquela conquista do concelho de Vila Verde que ia resultar numa melhor relação de todos com o planeta, na implementação de medidas práticas de economia circular, na sustentabilidade ambiental, na sustentabilidade agrícola e na responsabilidade de deixarem um planeta melhor para os seus filhos. ----------

-----José Albano Bastos, Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado, interveio para se referir à atribuição de bandeira azul, pelo segundo ano, à praia fluvial do Faial. Para quem conhecia aquele espaço desde o tempo em que era um simples acesso ao rio pelo meio do milho cultivado na sua margem, sabia que a evolução tinha sido enorme,

Tinham sido necessários alguns anos, mas, finalmente, haviam sido reconhecidas as condições necessárias para a atribuição de tão almejado galardão. A excelente qualidade da água do rio Cávado; boas acessibilidades; prática de atividades ambientais; equipamentos; informações para os turistas; nadador-salvador; entre outras. A Junta de Freguesia regozijava-se com aquele feito, para o qual tinha contribuído de forma ativa, nos últimos anos, e também durante outros exercícios. A maior responsabilidade pela obtenção daquele galardão era do Município, mas o Executivo da Freguesia também tinha colaborado dentro das suas competências e possibilidades financeiras para que aquela bandeira flutuasse no mastro junto ao Clube Náutico. Continuariam a zelar pela boa qualidade do espaço, envidando esforços pela melhoria dos equipamentos à disposição dos visitantes e zelando por um espaço que cumpria, mas também podia ser melhorado com a execução de uma segunda fase de obras. Ia, assim, todo o concelho, ter à sua disposição a verdadeira praia fluvial, rodeada de um parque urbano que ia proporcionar tardes de lazer a que todos tinham direito. ----------

-----Duarte Sousa, do PSD, saudou o Município de Vila Verde pela recente atribuição do Selo de Mérito, pelo Movimento "Cuidar dos Cuidadores Informais", sendo uma das quarenta e duas autarquias do país que integravam a rede de autarquias que cuidavam dos cuidadores informais. Aquele Movimento continuava com dezenas de associações portuguesas que visavam a concretização de projetos capazes de ajudar, na prática, quem cuidava do marido, da esposa, de um filho, de um pai ou de uma mãe. Os cuidadores principais podiam receber um subsídio estatal, mas o mesmo, muitas vezes, não se revelava suficiente. Das cinquenta e quatro propostas apresentadas no âmbito da segunda edição da Rede das Autarquias que Cuidavam dos Cuidadores Informais, que tinham como finalidade reconhecer os municípios e as freguesias do território nacional com as melhores práticas e medidas de apoio a estes cuidadores, haviam sido reconhecidas quarenta e duas candidaturas que, de acordo com os representantes das associações que compunham aquele Movimento e as haviam avaliado, se tinham destacado pelo cumprimento dos critérios definidos e a quem havia sido atribuído um selo de mérito, no qual se incluía o concelho de Vila Verde. Vila Verde era um dos municípios que conseguia dar uma resposta eficiente às necessidades por satisfazer, dos cuidadores informais, as quais iam desde a falta de apoio emocional e psicológico, a apoios relacionados com o Estado, apoios financeiros, até à necessidade de receber formação específica. Já em dois mil e dezanove, o Município, numa parceria com o ACES Gerês Cabreira, implementara o projeto Cuidar de Quem Cuida, tendo sido posteriormente alargado a outras instituições da Rede Social Local, de modo a permitir a implementação da rede de apoio aos cuidadores. No pretérito dia vinte e nove de março, tivera lugar uma sessão, na Biblioteca Municipal, de capacitação técnica para diretoras técnicas de IPSS concelhias, para, em breve, se poder avançar para um psicoeducativo para cuidadores informais presencial, isto é, uma formação com dez sessões que ia passar por vários temas, desde o ato de cuidar de alguém, técnicas para o melhor cuidado e de autocuidado, para o cuidador informal. O PSD congratulava-se pelo Executivo Municipal ter logrado conseguir a atribuição daquele selo de mérito ao concelho, mas pedia que se continuasse a ajudar aqueles cuidadores imprescindíveis no auxílio às pessoas em situação de dependência. Lembrou que estavam no final do mês de abril, mês da prevenção dos maus-tratos na infância. Tendo sido atribuído, pela UNICEF, a Vila Verde, o selo de cidade amiga das crianças, lembrou todas as

instituições e coletividades do concelho que haviam assinalado aquele tema, em especial a CPCJ de Vila Verde, que tinha feito um trabalho ímpar junto das crianças e jovens e que neste dia, conjuntamente com a EPATV, havia realizado uma caminhada contra os maus-tratos infantojuvenis, de Vila Verde à praia do Faial, na Vila de Prado, local onde tivera lugar a elaboração do laço humano azul, símbolo daquela causa. O PSD queria sublinhar a necessidade de permanente alerta relativamente a este tema e aludiu à frase que o Centro Social de Covas havia colocado na sua fachada: apenas o coração pode bater. ----------

-----A Presidente da Câmara recordou que o Executivo tinha tido a postura reivindicativa em relação à variante a Vila Verde que pusesse fim às aludidas intermináveis filas de trânsito. Já haviam feito várias diligências junto de membros do Governo, sendo que o Primeiro-Ministro tinha o processo da Variante em mãos; iam continuar a fazer aquela luta, a qual era de todos. As moções tinham sido sempre aprovadas por unanimidade, tinha-se visto a colaboração de todos os partidos, porquanto era uma reivindicação para toda a gente e o congestionamento de trânsito a todos atormentava, sendo que a EN 201, naquele momento, ainda estava pior. Já tivera várias reuniões na Infraestruturas de Portugal a pedir uma solução urgente para a rotunda do Canoísta, nas quais referira que a paciência das pessoas se estava a esgotar e que era necessário olhar para aquele problema com olhos de ver. Nos dias três e quatro de maio ia ter lugar, em Braga, uma presidência aberta, os membros do Governo iam fazer visitas no território, tendo a Edil colocado, no programa de visitas solicitado, a visita aos Parques Empresariais de Gême e de Oleiros, para que se percebesse que o primeiro estava em expansão, no âmbito de uma candidatura, e para que compreendessem, no terreno, aquilo de que Vila Verde efetivamente precisava. Na lista das prioridades, haviam estado a Variante e as acessibilidades. Recordou à oradora do PS que se tratava de uma obra do Governo e não do Município, razão pela qual todos tinham de estar empenhados naquele objetivo, até porque compreendia um investimento de muitos milhões de euros. Relativamente à questão da água e do saneamento, esclareceu que estava em curso um concurso de cinco quilómetros de rede de água, em várias freguesias e estavam a terminar mais quatro quilómetros de saneamento, também em diferentes freguesias. Durante o ano de dois mil e vinte e dois, tinham acrescentado dez quilómetros e duzentos e setenta metros em novas condutas de água em diversas freguesias. Haviam fechado o ano com um número total de dezassete mil duzentos e oitenta e cinco consumidores, dos quais quinze mil duzentos e nove eram consumidores domésticos. O volume total de água captado em dois mil e vinte e dois ascendera a dois milhões, setenta e três mil seiscentos e vinte e um metros cúbicos, o que significava que cada um dos Vilaverdenses consumia, em média, noventa e quatro litros por dia, mas, em julho e agosto, haviam chegado aos cento e setenta e cinco litros, consubstanciando, pois, consumos excessivos, razão pela qual iam já lançar, entre aquele mês e o próximo, um investimento de cerca de um milhão de euros para aumentar a captação da ETA, reforçar em cerca de trezentos a trezentos e vinte metros cúbicos hora para mais de quatrocentos e cinquenta metros cúbicos. Em termos de saneamento, haviam conseguido fazer onze quilómetros e novecentos e quarenta metros de novas condutas e estava já tudo preparado para, no momento em que acabasse o alargamento em curso, de cerca de quatro quilómetros, lançar outro, ir fechando redes em várias freguesias do concelho. Iam fazer novo lançamento para a águas e para o saneamento. O saneamento,

como era consabido, não podia ser construído de uma vez só, tinha de ir sendo construído gradualmente; havia freguesias com taxas já muito próximas dos cem por cento, outras ainda longe deste número e o objetivo era, todos os anos, alargar a rede de condutas, para chegar à grande maioria das casas dos Vilaverdenses. No mesmo ano, houve um incremento absoluto dos utilizadores da rede de tratamento de águas domésticas, dez mil trezentos e oitenta e três, mas quinhentas e oitenta e nove novas habitações, sendo que as dos referidos quatro quilómetros ainda não estavam ligadas, mas tal ia acontecer brevemente. Este valor representava um aumento de seis ponto dois por cento, sendo que, em termos de volume de saneamento, também se falava de valores anuais muito elevados. Asseverou que estava montado tudo aquilo que era necessário para combater os incêndios, sendo que o sucedido no ano transato não resultara do facto do carro dos bombeiros não ter passado, mas sim porque alguém, que, entretanto, tinha sido preso pela Polícia Judiciária, num determinado dia, tinha resolvido fazer doze ignições simultâneas, repetindo a situação noutro dia, o que tinha custado muitos hectares de floresta ardida. Relevou o trabalho extraordinário dos bombeiros e referiu que a Proteção Civil estava operacional para que tudo corresse da melhor forma. Relativamente à ação atinente à agricultura, a Edil esclareceu que não comparecera porque se encontrava de férias, sendo que o Presidente em exercício tinha vários compromissos e, assim, iam tentando gerir o tempo como podia. Se estivesse cá, tinha participado na mesma iniciativa. Aduziu que tinham apoiado imenso a Caviver, cooperativa que tinha realizado um trabalho extraordinário. O compromisso da sanidade animal havia sido assumido pelo Município e estava a ser cumprido, sendo que os agricultores pagavam, em média, entre os oitenta e noventa mil euros só naquele capítulo, o que evitava doenças complicadas, tendo o Município, no ano passado, pago cerca de quarenta e cinco mil euros, em sanidade, o que correspondia a cerca de cinquenta por cento, o que fizera a diferença para muitos agricultores. Apoiavam os jovens agricultores, isentando todos os investimentos no setor agrícola, pecuário, florestal e nas operações urbanísticas. Tinham orgulho na ruralidade do concelho, como ficava demonstrado na Festa das Colheitas, na Rota das Colheitas que atravessava praticamente todo o concelho, divulgando as práticas agrícolas e promovendo o território concelhio, ajudando igualmente a escoar os produtos locais. Aquele trabalho tinha sido muito bem feito em parceria coma Caviver e com a ATAHCA, sendo que o Plano Diretor Agrícola estava a ser desenvolvido com esta última entidade, tinham já sido realizadas várias reuniões para a conceção deste plano, estando também envolvidas universidades, mas ia demorar o seu tempo, pois pretendiam que o mesmo fizesse toda a diferença e ajudasse os agricultores no desenvolvimento da sua atividade. A recomendação para o apoio ao cultivo do milho e de outras culturas devia ser enviada para o Governo e para o Ministério da Agricultura, a quem competia o apoio aos agricultores. Viam, todos os dias, milhares de agricultores a protestar pela falta de apoios. ----------

-----No ponto 4.1., a Presidente da Câmara Municipal considerou que o documento em análise evidenciava a saúde financeira do Município, as dinâmicas que o Executivo tinha conseguido imprimir e todo um trabalho feito a pensar nos Vilaverdenses, colocando sempre as pessoas no centro das suas atenções. Reiterou que a água e o saneamento tinham sido uma prioridade, assim como a rede viária e as funções sociais. Realçou o trabalho muito bem feito pelos serviços municipais. Aquela execução

orçamental mantivera-se em linha com as dos últimos anos, cifrando-se em setenta e um por cento, menos um ponto percentual do que no ano transato; haviam crescido cerca de três por cento, tendo um milhão a mais, dada a execução de quase trinta e oito milhões de euros. Reduziram quatro milhões de euros à dívida e aumentaram as transferências para as juntas de freguesias e para as instituições; tinham captado mais fundos comunitários e haviam logrado subir as taxas de comparticipação de oitenta e cinco para cem por cento, no FEDER, e tinha sido o único Município da CIM do Cávado a ir ao overbooking e financiar mais obras, o que gerara maior receita. A área operacional de obras e ambiente era a que concentrava maior investimento, ascendendo a quase dez milhões de euros, incluindo saneamento, abastecimento de água, jardins e espaços verdes, indústria, energia, transportes rodoviários, vias de comunicação, percursos e ecovias, proteção civil, ação social, parques urbanos e jardins infantis. Não estava ali contemplado muito do material adquirido e aplicado em obras por administração direta, nomeadamente brita, asfalto, tubos, cimento, areia, para as obras diariamente executadas nas freguesias, o que também era investimento, para não falar dos quase três milhões de euros que estavam alocados às obras de administração direta, equipas que estavam nas freguesias diariamente e ajudavam as juntas de freguesia a fazer condutas de água e de saneamento, muros, pavimentação de vias e tudo o que fazia falta para satisfazer os anseios da população. Também os materiais disponibilizados às freguesias não estavam ali transcritos, mas era importante falar sobre os mesmos. No ano de dois mil e vinte e dois, quando estava a sair de uma pandemia, a entrar numa guerra e a enfrentar uma tremenda inflação, emergindo constrangimentos em matéria de revisão de preços, tinham assumido a transferência de competências, o que representara um encargo acrescido, nomeadamente a necessidade de dotar as escolas de novos equipamentos, fazendo face à deterioração crescente que se fazia sentir, em termos materiais, assim como assumir maiores despesas em matéria de recursos humanos. O Município cumpria integralmente o limite do endividamento, mantinha a tendência de redução da sua dívida; as funções sociais representavam cerca de sessenta e dois por cento dos principais investimentos, continuando a realizar obras fundamentais para o desenvolvimento do concelho. Aludiu a compromissos de quase seis milhões de euros que se referiam a obras do Portugal 2020 e que tinham, obrigatoriamente, de ser concluídas no corrente ano. Frisou que se tratara de um trabalho em rede, de forma sempre muito colaborativa. Agradeceu todo o trabalho realizado com os presidentes de Junta, assim como às equipas municipais que eram incansáveis e que estavam permanentemente no terreno e, muitas vezes, a acorrer a situações que iam surgindo. Aquele era um trabalho que os orgulhava e sabia que a iam acusar de ter transitado com um saldo de gerência de cerca de treze milhões de euros. Tinham de ver que a rede viária era uma prioridade muito grande, relevando a construção do eixo periférico norte-sul que ia, sobremaneira, ajudar a combater as filas de trânsito entre o Alívio e a sede do concelho, tal como a ligação entre a Vila de Prado e o parque industrial de Oleiros, duas obras fundamentais para o desenvolvimento do território. Aquele eixo iniciava-se em Soutelo, junto do polo do IPCA, ex-IEMinho, e ia sair em frente ao parque empresarial de Gême. Naquele momento, estavam identificadas cento e oitenta e três parcelas, haviam feito, naquela semana, um procedimento para que um técnico procedesse a todo o levantamento topográfico, seguindo-se o entendimento dos custos que envolvia toda aquela operação. Pensavam ter este trabalho concluído até ao final do ano e, no ano

seguinte, lançar aquele investimento estruturante. O 2020 estava a acabar, o PRR e o 2030 não contemplavam rede viária. Assim, o investimento tinha de ser feito apenas pelo Município. Portanto, o Município tinha de ter capacidade financeira para lançar aquelas duas obras. Os investimentos necessários tinham continuado a ser feitos e assim ia continuar a acontecer, nas áreas nevrálgicas – água, saneamento, rede viária -, nunca descurando as funções sociais, mas aquele investimento era fundamental para o concelho, para atração de novo investimento, captar mais empresas, sendo que a procura havia sido elevada, nomeadamente nos novos lotes do parque empresarial de Gême, assim como na área de acolhimento empresarial em construção em Coucieiro e Oleiros continuava a ter sempre uma grande procura. Tal só era possível com boas vias de comunicação. Além disso, estavam a surgir avisos no âmbito do quadro 2030, mas, não tendo dinheiro, não poderiam conseguir financiamentos, sendo que tinham três escolas para requalificar, um investimento muito forte na água, porquanto o ciclo urbano da água era um grande pilar do 2030, assim como na eficiência energética. O Município tinha de ter capacidade para ir a todos os avisos/candidaturas e, uma vez mais, não perder um único cêntimo daquilo a que tinha direito. Estava já a ser tratada nos vários fóruns a questão de saber qual era a quantia destinada a Vila Verde, mas a mesma estava ainda fechada, embora soubessem que ia ser superior ao antigo Quadro Comunitário de Apoio, pelo que tinham de estar sempre com os projetos preparados para, nos momentos certos, entrarem com as candidaturas e serem os primeiros a chegar. Tratava-se de um trabalho de equipa, o que levou a Edil a agradecer todos os contributos do Executivo, aos presidentes de Junta e a todos os elementos da Assembleia Municipal. ----------

-----Filipe Silva, do PS, referiu que a apresentação da Presidente de Câmara, em parte, explicava muito daquilo que havia identificado na análise do Orçamento. Uma receita global de cinquenta ponto dois milhões de euros, falando de receita corrente, receita de capital e saldo de gerência. O segredo da estratégia do Município tinha a ver com as sucessivas passagens do saldo de gerência de dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três. A despesa global era de trinta e sete milhões de euros, a receita corrente de trinta e sete ponto quatro milhões de euros, o que se traduzia numa diferença, entre a receita global e a receita corrente, de doze ponto oito milhões de euros. A receita corrente era aquilo que o Município, efetivamente, ia ter, no futuro, para fazer face aos custos: impostos, taxas, multas, transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e transferências de capital. A despesa corrente ascendia a vinte e sete ponto um milhões de euros, existindo uma diferença de dez milhões em relação à despesa global, que era aquilo que o Município tinha tido todos os anos para investir. A receita de capital era de quatro ponto quatro milhões de euros e tinha a ver com empréstimos obtidos pelo Município. A despesa de capital de dez milhões era o real investimento feito pelo Município. O saldo de gerência, de oito ponto três milhões de euros, era um valor não utilizado no orçamento de dois mil e vinte e um que transitara para dois mil e vinte e dois, tendo a ver com financiamentos europeus não executados e empréstimos, inflacionando a receita global de cinquenta milhões de euros. O mesmo acontecera no início do corrente ano, em que haviam feito uma passagem de treze milhões de euros para o saldo de gerência e para inflacionar a receita global. Era importante perceber a razão da não utilização daquele dinheiro, porque, quando tinham as verbas disponíveis e não as utilizavam, existia um custo para o Município, e para o

cidadão, havia um custo social, um custo ambiental e um custo-oportunidade, naquilo que era a estratégia do Município, num momento em que decidira fazer uma obra que durara mais tempo do que o previsto, também deixara de fazer uma obra que seria necessária para o concelho. Havia também um custo financeiro, porque os empréstimos contraídos para fazer um investimento não realizado implicavam o pagamento de juros. Compreendiam que era uma estratégia contabilística da Edilidade, mas a mesma criava algum efeito miopia na análise dos números, quando olhavam para uma receita global de cinquenta milhões de euros que, na verdade, era de trinta e sete milhões de euros. Precisavam aumentar o limite do endividamento para realizar obras para as quais não tinham financiamento nem dinheiro disponível para o efeito. A Edil falara de duas obras realmente fundamentais e se, em dois mil e vinte e dois, haviam falado de uma possibilidade de endividamento de vinte e nove ou trinta milhões de euros, hoje, falava-se já de trinta e sete milhões de euros. A estratégia do aumento do saldo de gerência ia permitir, de forma artificial, aumentar o limite de endividamento. O que tinha um risco associado, independentemente daquilo que fosse a estratégia. Assim, se os valores orçamentados fossem investidos de forma atempada e não saltassem de orçamento em orçamento, o valor da despesa seria superior ao valor da receita, uma vez que o Município, naquele momento, não tinha capacidade de gerar receita face às despesas correntes, por isso, estava dependente do Governo. Ademais, tinham perdido o comboio dos financiamentos para as vias, embora aquele fosse um problema do Município que reconheciam há mais de vinte anos. Tinham acordado muito tarde para o problema e, durante aquele tempo, tinham tido governos do PSD e do PSD. Não existia, na verdade, uma poupança corrente nem um equilíbrio orçamental, porque, daquela forma, a capacidade de endividamento do Município baixaria substancialmente, por isso, havia uma estratégia de aumento do limite de endividamento e, assim, conseguir ir à banca para fazer obras tidas como essenciais. Era uma estratégia com o seu risco, havia obras importantes que dependiam daquela capacidade de endividamento. Relativamente aos apoios sociais, os programas existiam, mas a verba disponível para o efeito também ficava muito aquém do que era devido. A verba disponível para os apoios sociais deveria aumentar. Existiam quinze processos judiciais que contavam com uma provisão de um ponto três milhões de euros, o que parecia pouco relativamente ao conteúdo que estava em cima da mesa, porquanto, no final, poderiam resultar em muitos mais custos para o Município. Iam votar contra, pois, embora respeitando a estratégia do Município, se fosse o PS a planificação e a atuação seriam diferentes. ----------
-----José Manuel Lopes, do PSD, sustentou que o documento em apreço carecia de uma análise atenta e que ia proceder à dissecação não apenas dos números, mas também em termos políticos. Globalmente, os documentos eram o rosto do bom trabalho realizado durante dois mil e vinte e dois e o grande alcance do programa eleitoral proposto. Os tempos atuais exigiam ambição e capacidade cada vez mais forte do Município, para ir ao encontro das necessidades crescentes e das expectativas da população. O reconhecimento do bom trabalho desenvolvido sobressaía pela capacidade de aliar a ambição à prudência e rigor na gestão dos recursos e das contas públicas, sendo de ressalvar todos os constrangimentos resultantes das réplicas da guerra na Ucrânia e do aumento brutal da inflação. Era uma questão de justiça reconhecer o mérito do Executivo Municipal, que havia sido capaz de desenvolver iniciativas fundamentais em ordem à coesão social, ao aumento da atratividade local e à sustentabilidade ambiental,

económica e social, pilares fundamentais da agenda de desenvolvimento dois mil e trinta da ONU. Referiu o bom aproveitamento dos Fundos Comunitários, com iniciativas do âmbito do Portugal 2020, do PRR e do Portugal 2030, contribuindo para o elevado grau de cumprimento de objetivos e permitindo lançar e realizar projetos estruturantes, sendo que Vila Verde era um concelho de referência no tocante ao aproveitamento dos referidos fundos, tendo conseguido reforçar vários financiamentos neste período de fecho do Portugal 2020, o que exigia visão estratégica e capacidade financeira para agir rapidamente perante oportunidades escassas e que surgiam repentinamente. Salientou a importância do trabalho de parceria com os diversos agentes e instituições locais, nomeadamente os agrupamentos de escolas as juntas de freguesia, as IPSS, associações, entidades e empresas locais e regionais. Realçou ainda o trabalho realizado pelos técnicos do Município, com um contributo determinante para manter o rumo de desenvolvimento integrado e dar resposta às necessidades das populações. Relevou a boa taxa de execução orçamental, cifrada em noventa e seis por cento, na receita, e setenta e um por cento, na despesa. Os princípios de equilíbrio orçamental haviam sido amplamente cumpridos, particularmente ao nível da despesa corrente, a qual ficara abaixo da receita corrente, vinte e sete milhões cento e oitenta e cinco mil e trezentos e quarenta e um euros, para trinta e sete milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil cento e trinta e seis euros, o que demonstrava rigor e empenho na gestão das contas públicas. A taxa de execução de investimentos representava um aumento efetivo em termos do investimento bruto relativamente aos anos anteriores, porque se estava a falar de execução sobre um volume financeiro acrescido, sendo que a mobilização financeira global tinha sido superior a cinquenta vírgula dois milhões de euros. No documento em apreço sobressaía a aposta na componente social, com a aplicação de sessenta e dois por cento do investimento global, abrangendo ação social, educação e saúde, além do saneamento básico, abastecimento de água, cultura, proteção do meio ambiente, desporto e lazer. As funções económicas, nas quais se incluíam mais de um vírgula sete milhões de euros nos transportes rodoviários, haviam representado um total de trinta e um por cento dos investimentos realizados. Em saneamento básico, a despesa fora de um vírgula oitenta e cinco milhões de euros e, na recolha de resíduos sólidos urbanos, ascendera a um milhão e duzentos mil euros. A dívida total tinha sido reduzida em quase quatro milhões de euros, tenho passado de catorze milhões de euros, no final de dois mil e vinte e um, para dez milhões e cem mil euros, no final do ano passado. A redução de três milhões e novecentos mil euros, vinte e oito vírgula um por cento do total, permitira aumentar para sete milhões e oitocentos mil euros a capacidade de aquisição de crédito por parte do Município, cujo limite legal de endividamento era de quarenta milhões de euros. Acrescia ainda o pagamento a fornecedores em prazos muito reduzidos, mostrando a preocupação do Município em cumprir as suas obrigações e contribuir para a saúde financeira dos seus fornecedores e o bom ambiente económico do Município. Aduziu que ia focar-se em aspetos estruturantes e exemplares da política municipal centrada nas pessoas e no incremento da atratividade concelhia, No âmbito da educação, aludiu à melhoria das infraestruturas, ao apoio às crianças, jovens e famílias; ao investimento nos transportes escolares, nas refeições escolares e a um conjunto de projetos e iniciativas desenvolvidas por todas as escolas para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem. Tinha sido um ano exigente, com a transferência de competências, mas reconheciam os esforços e a qualidade do trabalho desenvolvido. As

despesas com os serviços auxiliares de ensino assumiam um investimento superior a três milhões e trezentos mil euros e havia a juntar todos os investimentos não contabilizados e não contabilizáveis, das equipas do Município, na requalificação e melhoria de equipamentos e condições de acolhimento para as crianças e jovens, sendo ainda de registar, com agrado, a chegada do ensino superior a Vila Verde, no ano de dois mil e vinte e dois. No âmbito da ação social, relevou o apoio direto prestado aos mais vulneráveis, mas também um conjunto de medidas, muitas em parceira com instituições concelhias e juntas de freguesia, de cariz desportivo, educacional e cultural, de fundamental importância para melhorar a qualidade de vida das pessoas, igualmente o apoio à habitação, sobretudo aos mais jovens, assim como projetos sociais como o Medivida, o Irisvida, o Calendário Social, o Medicare, a Rede de Emergência Alimentar e outros, visando a igualdade e a inclusão. Dedicou uma palavra especial à implementação do "Vale + Nascer Vilaverdense", um compromisso da Presidente da Câmara para a promoção da natalidade e apoio às famílias, sobretudo aos jovens casais. Cada vez mais as pessoas procuravam locais propícios à prática de desposto, lazer e atividades culturais, pelo que mereciam destaque as iniciativas e a aposta nas infraestruturas, tal como o apoio às instituições concelhias, nestas áreas. Avultava também a manutenção de uma política fiscal amiga das pessoas, com a isenção ou redução de taxas de licenciamento para habitação, empreendimentos turísticos, infraestruturas de apoio às atividades agrícola, industrial, pecuária e florestal, a isenção de derrama para pequenas empresas, a baixa taxa de IMI, a tarifa social na água e no saneamento, para famílias carenciadas, numerosas e instituições. Salientou o aproveitamento das zonas ribeirinhas e todo o investimento na sua melhoria, assim como as medidas de redução da emissão de CO2, mediante a implementação da eficiência energética. No saneamento, no abastecimento de água e na recolha de resíduos sólidos urbanos, constataram investimentos no alargamento dos mesmos e na melhoria da sua qualidade, mas também vincou a necessidade de os mesmos terem continuidade. Relevo igualmente para a aposta em serviços de proximidade, na desmaterialização dos processos, na modernização administrativa e na inovação tecnológica, tal como enfatizaram o investimento nas vias de comunicação, na melhoria dos pisos e em matéria de segurança e de melhoria da resposta dos transportes públicos. Reforçaram a necessidade de a administração central resolver problemas de fundo subsistentes no tocante a mobilidade e acessibilidades, devendo continuar as diligências do Município nesse sentido. Estas práticas e atitudes eram, assim, um grande exemplo da estratégia humanista e ousada do Executivo, pautando-se por uma boa gestão de recursos e simultânea melhoria das condições de vida dos Vilaverdenses, visando o desenvolvimento sustentável e a criação de um concelho atrativo, sobressaindo a boa saúde financeira do Município e a existência de condições para avançar com obras estruturantes e aproveitar ao máximo os novos quadros comunitários de apoio. Estavam confiantes de que assim iria acontecer, razão pela qual a bancada do PSD ia votar favoravelmente estes documentos. ----------

-----O ponto 4.1. foi aprovado por maioria, com oito votos contra, duas abstenções e cinquenta e dois votos a favor. ----------

-----O ponto 4.2. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----O ponto 4.3. foi aprovado por maioria, com zero votos contra, uma abstenção e sessenta e dois votos a favor. ----------

-----No ponto 4.4., a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se tratava de uma associação nacional de cidades e vilas de cerâmica tinha a ver com a questão de o Município de Vila Verde estar a criar um centro interpretativo de cerâmica, na Vila de Prado, concretamente a recuperação da antiga casa da Câmara, um edifício com muita história naquela vila, atendendo à história da cerâmica na zona sul do concelho, nomeadamente do barro preto, abrangendo a Vila de Prado, Parada de Gatim, Oleiros, Cabanelas e Cervães. Continuava a haver ainda alguma atividade no âmbito da olaria e aquele espaço teria uma missão pedagógica, criando exposições permanentes, workshops e outras atividades em ordem a manter viva aquela tradição. Pensaram que seria uma mais-valia aderir àquela rede das cidades e vilas para juntar sinergias e poder contribuir para aquilo que as mesmas já tinham, em termos de know how. ----------
-----Maria José Gomes, do PSD, conveio que aquela proposta de adesão vinha no seguimento do convite, por parte da Associação Portuguesa Das Cidades e Vila da Cerâmica – APTCVC, à Câmara Municipal de Vila Verde. Esta era uma associação sem fins lucrativos composta por vinte e dois municípios e outras entidades, que englobavam os principais centros cerâmicos, na maioria dos casos, caraterizados por uma forte ancestralidade e tradição cerâmica. O seu objetivo era promover e incentivar o desenvolvimento económico, turístico e patrimonial dos territórios com larga expressão de cerâmica, abrangido pelos municípios membros, contribuindo para o reforço da identidade cultural e preservação da memória colectiva. Assim, não seria por acaso o convite dirigido a este Município e a sua aceitação, consubstanciando antes o reconhecimento da sua grande preocupação em promover a sua cultura, as suas tradições, perpetuando um legado daquilo que todos, Vilaverdenses, haviam sido e ainda eram. Eram grandes as evidencias daquela preocupação. Primeiro, ligadas à atividade cerâmica, o que, por si só, justificava a adesão do Município de Vila Verde à APTCV, estava a construção em curso do Centro Interpretativo de Artesanato, em fase final, na Vila de Prado, no Edifício dos Antigos Passos do Concelho, cujo valor de adjudicação era de mais de meio milhão de euros, sem IVA. Aquele edifício de arquitetura civil privada, um solar urbano barroco, estava inserido num dos poucos conjuntos edificados remanescentes do núcleo urbano mais antigo da Vila de Prado que conservava ainda alguma identidade, uniformidade e coerência formal no estilo arquitetónico, transportando mesmo o transeunte para as memórias da Vila. Direcionado para o desenvolvimento do turismo, nele iam estar exposições permanentes e temporárias, bem como ia ter lugar a realização de Workshops, relacionados com a atividade do barro e cerâmica, na Vila de Prado, mas também a cerâmica mais antiga, nas freguesias de Parada de Gatim, Oleiros, Cabanelas e Cervães. A cerâmica tivera e ainda tinha um grande pendor na parte sul do concelho, sendo a fonte de desenvolvimento económico e sustento quer numa vertente artesanal e industrial de telheiras e tijolos. Prado tinha tradições muito antigas naquela arte: a famosa louça preta era conhecida em terras longínquas e a freguesia estava cheia de barreiras, telheiras e oleiros. Ainda hoje se trabalhava o barro com o nome de Prado gravado, a cerâmica "O Francês, louças de Prado"; Arlindo Fagundes, com os seus bonecos de barro que lhe deram uma notoriedade como artesão, entre outros. Aquele Centro Interpretativo de Artesanato ia ser apetrechado com peças acabadas do que se produzira e produzia em Prado e na zona sul, cujos artesãos mereciam um tributo, mas igualmente com materiais que proporcionariam aos alunos das escolas, aos turistas e outras pessoas mexer

literalmente no barro, experimentar aquela arte. Em outros domínios, tinha também havido um enorme investimento da Câmara Municipal. Ligada à gastronomia, a Casa dos Sabores e dos Saberes da Vila, cujo valor de adjudicação fora superior a cento e sessenta e nove mil euros, acrescido de Iva. Este edifício possuía alguma relevância em termos históricos, pois servira de sede ao Posto da Guarda Nacional Republicana, conservando ainda hoje algumas referências daquela época, sendo a mais marcante o gradeamento de segurança colocado na cela de detenção do Posto. Posteriormente, servira de sede a outras instituições concelhias. Na requalificação deste edifício, para a instalação da Casa dos Saberes e Sabores Populares, existiam espaços onde podiam ocorrer eventos representativos da vida quotidiana e atividades culturais da população deste território, um espaço expositivo e de demonstração dos saberes locais associados aos produtos agroalimentares. Por outro lado, face á proximidade com o centro de dinamização artesanal, este gerava sinergias de complementaridade que contribuiriam para o reforço da intervenção. Finalmente, a ampliação do Museu de Linho em Marrancos, que tinha promovido outras atividades do concelho, cujo valor de adjudicação fora superior a trinta mil euros. Ao longo daqueles anos de existência, verificaram que o Museu tinha tido muita afluência de público e aumentando de ano para ano. Havia contribuído para gerar novos fluxos turísticos, melhorar a experiência de vista e estimular o surgimento de micronegócios associados, capazes de gerar valor e emprego. Aquele investimento, aquela escolha em criar espaços culturais demonstrava, ainda, para além da preocupação de promover a cultura e as tradições locais, a de gerar e criar emprego e retorno económico, uma preocupação com os jovens. Através da cultura, promoviam valores associados à ética e à responsabilidade social, à transparência e confiança, à criatividade e inovação, à qualidade e profissionalismo, à excelência e sustentabilidade e ao respeito por si e pelo outro; à dignidade humana e ao humanismo. Preocupação que tanto fora exaltada nos vários discursos da Comemoração do 25 de Abril, neste Concelho. Os Vilaverdenses só podiam agradecer à Presidente por esta sensibilidade e preocupação cuidada pelo desenvolvimento comunitário dos jovens, por lhes permitir conhecer a produção artística que se fizera e ainda fazia no Concelho e a sua própria história e ajudá-los a continuar a promover a cultura, reconhecendo que ela era um fator de desenvolvimento dos territórios e de transformação da sua identidade. Parabenizou a Presidente por uma visão globalizante e integradora, de todas as áreas e do seu conhecimento, para o bem comum do Concelho. Se em algumas daquelas áreas, como as vias rodoviárias, não estavam a ser concretizadas, devia-se, essencialmente, a um governo desorientado, sem rumo e sem uma estratégia efetiva para o desenvolvimento do país e, consequentemente, deste concelho. Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD só podia votar este ponto favoravelmente. ----------

-----O ponto 4.4. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----No ponto 4.5., o Presidente da Junta de Freguesia de Atiães, Samuel Estrada, referiu que, com base nos documentos recebidos, parecia tratar-se apenas de um pequeno reajuste ao Plano de Pormenor, nada de profundo que beliscasse a estratégia do Plano. Aduziu que era defensor do recurso aos planos de pormenor e às unidades de execução, lamentando que o Município recorresse poucas vezes àqueles instrumentos, sendo que as unidades de execução estavam quase despidas e os planos de pormenor resumiam-se ao centro da Vila. No entanto, embora sendo apenas um pequeno reajuste, não tinha sido precedido de uma verdadeira discussão pública. Dir-lhe-iam que a discussão

pública havia sido feita nos mínimos legais, mas a mesma não havia sido promovida nem densificada pelo Município. Aqueles assuntos, pela sua importância, para o território e para as populações, justificavam que as mesmas fossem mobilizadas a participar nos mesmos, colher a opinião efetiva dos Vilaverdenses naquelas matérias e não se limitar ao mínimo, à publicação no jornal, para a discussão pública. A apresentação também poderia ter feita com outro grafismo e dimensão, O Município estava dotado de serviços de comunicação profissionais que, todos os dias, e muito bem, densificavam na comunicação social, as iniciativas municipais, pelo que também aquelas mereciam um pouco mais de atenção, razão pela qual recomendava que próximas intervenções merecessem uma maior abertura à discussão pública. ----------

-----Filipe Lopes, do PSD, considerou que a proposta em apreço visava a segunda correção material do PDM de Vila Verde, consistindo apenas na necessidade de retificação de um erro na representação cartográfica, concretamente na delimitação de uma área classificada na planta e ordenamento do PDM de Vila Verde como solo rural e qualificada como espaço agrícola de produção e, na planta de condicionantes, como Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que o Município classificara uma área de mil cento e oitenta e três ponto cinquenta metros quadrados, que correspondia a um afloramento rochoso e tenha considerado que a mesma tinha sido incorretamente classificada como espaço agrícola de produção, a qual era coincidente com a condicionante Reserva Agrícola Nacional, era proposto que, na planta de ordenamento, a referida área passasse a integrar a categoria de solo adjacente, ou seja, espaços florestais de produção, propondo-se também a sua exclusão da Reserva Agrícola Nacional, na planta de condicionantes. Tratava-se de uma parte de mil e tal metros quadrados inseridos numa propriedade agrícola que estava classificada, no PDM, erradamente, como solo de boa aptidão agrícola, mas, conforme podiam constatar nos documentos enviados, a mesma de aptidão agrícola nada tinha, antes consubstanciando uma autêntica pedreira, razão pela qual o promotor ou proprietário havia pedido a sua desclassificação. Tinha também sido enviado o parecer favorável da Direção da Agricultura e Pescas do Norte que reconhecia igualmente esse erro na sua cartografia.

-----O Edil de Atiães sustentou que não trouxera qualquer dúvida, mas apenas uma opinião e aduziu que a proposta não tinha apenas aquilo que Filipe Lopes referira, mas também, nomeadamente, ampliações de zonas habitacionais, pelo menos uma; a alteração de um projeto que estava como sendo um mercado municipal e passava a ser desintegrado e objeto de sugestão para ampliação de um espaço verde. Contudo, o Presidente da Junta de Atiães foi alertado de que os trabalhos já não estavam no ponto atinente ao Plano de Pormenor. ----------

-----No ponto 4.6. não se registou qualquer pedido de intervenção. ----------

-----No ponto 5., não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------

-----No ponto 6., não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------

-----No ponto 7., não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------

-----A minuta da ata da reunião de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e três, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. ----------

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou apresente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----Paços do Concelho de Vila Verde, em dois de junho de dois mil e vinte e três. ----------

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário